

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.795 - AC (2020/0005246-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : HELENO DIAS MONTEIRO
AGRAVADO : MARIA DO CARMO RODRIGUES MONTEIRO
ADVOGADO : OSIAS RODRIGUES - AC000552

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL ÁREA OBJETO DE LITÍGIO COM POSSEIROS COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS ACERCA DA OCORRÊNCIA DE DANO E PEDIDO DE FISCALIZAÇÃO MULTA EM DECORRÊNCIA DE DERRUBADA DE ÁRVORES PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE ANULAÇÃO DA MULTA APELAÇÃO IMPROVIDA.

Alega violação dos arts. 373, I, e 374, II, do Código de Processo Civil, no que concerne à indevida inversão da lógica da presunção da legitimidade e veracidade do ato administrativo pelo acórdão recorrido por impor ao IBAMA o ônus de provar que agiu corretamente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em relação ao objeto dos pedidos de fiscalização formulados perante a Autarquia Ambiental para averiguar a degradação ambiental decorrente da invasão havida, não houve qualquer atuação efetuada pelo IBAMA. Todavia, quando da visita do IBAMA à propriedade rural, constatou-se a abertura de uma estrada, com corte seletivo de árvores sem autorização do órgão ambiental competente, fato este que não foi negado pelo impetrante/recorrido.

Assim, andou bem o acórdão ora recorrido ao firmar entendimento no sentido de que os impetrantes não teriam se mantido omissos diante da invasão de sua propriedade. No entanto, equivoca-se flagrantemente quando corrobora a sentença que declarou a nulidade dos autos de infração em questão, uma vez que não estes surgiram em razão da degradação ambiental decorrente da invasão à propriedade do demandante, mas sim de fato anterior, verificado quando da fiscalização ambiental empreendida em

Superior Tribunal de Justiça

razão da invasão, por solicitação do próprio impetrante, consistente no corte seletivo de árvores sem autorização do órgão ambiental competente para a abertura de uma estrada (ramal) pelo impetrante (fls. 362).

Ademais, deve-se destacar que o desmatamento é fato incontrovertido entre as partes, não estando abrangido na degradação ambiental decorrente da invasão ambiental havida na propriedade do impetrante, e que a fiscalização ambiental embasou-se em diversos elementos para comprovar o ilícito administrativo-ambiental, como vistoria *in loco* (fls. 362).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia referente ao art. 373, I, do Código de Processo Civil, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Ademais, quanto ao art. 374, II, do Código de Processo Civil, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente